

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Chuvas vão dar alívio na conta de luz por meses, dizem especialistas	2
Título: Novo ministro da Justiça defendeu interesse da Petrobras	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Notas	5
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Ministro busca dar ares de normalidade ao setor elétrico.....	5
Título: Bandeira verde em tarifa de energia pode levar IPCA de junho	7
Título: Novos tempos na indústria de óleo e gás	8
Título: A tributação das subvenções	11
Título: CCEE reduz projeção de custo do déficit hídrico	13
Título: Manguinhos desafia Estados enquanto ataca concorrentes.....	15
Título: Campanha acusa de fraude grandes distribuidoras de combustível	18
Título: Elétricas querem ser protagonistas nas casas digitais	21

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Luciano Costa / Reuters****Título: Chuvas vão dar alívio na conta de luz por meses, dizem especialistas**

Chuva ajuda e conta de luz deve ter meses de alívio sem bandeira vermelha

Um grande e inesperado volume de chuvas na região das hidrelétricas do Sudeste e do Sul do Brasil nas últimas duas semanas mudou drasticamente o cenário de preços da eletricidade, que caíram fortemente e agora sinalizam para bandeira verde ou amarela nas contas de luz nos próximos meses, disseram especialistas à Reuters.

A perspectiva deve representar alívio para consumidores e outros agentes do mercado de energia, uma vez que até o início deste mês havia projeções de que as contas de luz poderiam seguir até novembro em bandeira tarifária vermelha, que eleva os custos da energia para sinalizar uma oferta mais escassa.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou na sexta-feira que junho terá bandeira tarifária verde nas tarifas de eletricidade, ante bandeira vermelha em maio e abril e amarela em março.

"A bandeira deve ficar entre verde e amarela (até o final do ano)... não acredito que volte a vermelha a não ser que tenhamos estiagem em agosto, o que ainda não vemos", disse à Reuters o diretor da comercializadora Ecom Energia, Paulo Toledo.

O principal fator que guia o acionamento das bandeiras tarifárias é o comportamento dos preços spot de eletricidade, ou Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que para esta semana caiu de cerca de 478 reais para 167 reais por megawatt-hora, em meio a chuvas em bom volume e nas regiões dos reservatórios, que ajudam a recuperar as hidrelétricas.

A bandeira amarela, que inicia as cobranças adicionais, geralmente é disparada com PLD acima de 211 reais, enquanto a vermelha é acionada com preços acima de 422 reais.

Os especialistas, no entanto, ressaltam que os preços estão mais voláteis a partir deste mês, devido à entrada em vigor de uma metodologia de cálculo mais conservadora para o PLD.

"Uma característica vai ser a volatilidade, mas apostaria em um patamar médio de preços em torno de 200 reais (até o final do ano). Estaria no limite entre

bandeira verde e amarela. A tendência maior é ter semanas de PLD bastante baixo, e depois em semanas mais adversas subindo para entre 250 e 300 reais", disse o diretor da comercializadora Compass, Marcelo Parodi.

Já a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pelo cálculo do PLD, projetou nesta segunda-feira que os preços spot deverão ficar entre 200 reais e 300 reais entre junho e o final do ano. Se concretizadas as previsões, haveria bandeira verde em junho e amarela no restante do ano.

Embora fora dessa projeção, uma retomada da bandeira vermelha não é descartada por especialistas para mais à frente no ano, mas segundo os operadores de mercado esse cenário só deve se concretizar se houver um período mais prolongado de chuvas fracas, o que ainda não está no radar dos serviços meteorológicos.

As regiões das hidrelétricas do Sudeste e do Sul do Brasil deverão receber volumes de chuva bastante superiores à média histórica em junho, apontou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em relatório semanal na última sexta-feira.

As chuvas deverão atingir cerca de 111 por cento da média no Sudeste e 147 por cento no Sul.

AJUDA HIDRELÉTRICAS

O cenário mais positivo de chuvas e a derrubada dos preços spot da eletricidade deverão favorecer as empresas que operam hidrelétricas no país, que até então temiam um cenário de baixa geração em suas usinas no segundo semestre, devido a perspectivas negativas de afluições.

Quando geram abaixo do que venderam de energia em contratos, essas usinas enfrentam o chamado déficit hídrelétrico, ou "GSF" no jargão técnico, e precisam comprar energia no mercado spot para cumprir seus compromissos.

Essa obrigação, inclusive, tem gerado elevada inadimplência no mercado de curto prazo de eletricidade, operado pela CCEE, uma vez que um grupo de empresas conseguiu na Justiça ainda em meados de 2015 o direito de não quitar débitos causados pelo GSF.

"O ponto mais importante disso é que a gente estava vendo um risco muito grande de aumento exponencial da inadimplência em função do GSF... com a queda do PLD, aquele risco de travar o mercado, ter uma inadimplência muito grande, está diminuído", disse o diretor da Esfera Energia, Braz Justi.

Segundo o gerente de preços da CCEE, Rodrigo Sacchi, a expectativa agora é que as hidrelétricas produzam no ano cerca de 85 por cento de suas garantias físicas, que é o montante de energia que elas podem vender no mercado. No mês passado, a projeção era de geração em 81 por cento das garantias.

"Esse cenário melhorou um pouco", disse Sacchi, ressaltando também que eventuais compras de energia pelos operadores de usinas para compensar o déficit de geração deverão acontecer com preços menores que os estimados antes.

Em março, as perspectivas de elevado déficit de geração nas hidrelétricas levaram o banco Credit Suisse a sugerir que seus clientes reduzissem apostas nas ações de elétricas com forte presença hídrica no parque gerador, como Engie e AES Tietê

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Rubens Valente

Título: Novo ministro da Justiça defendeu interesse da Petrobras

Crítico da Lava Jato, o novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, defendeu interesses da Petrobras no TCU (Tribunal de Contas da União) e foi sócio, até 2014, de um dos principais escritórios contratados pela petroleira. Ministro da Transparência até a semana passada, Jardim disse à Folha, via assessoria, que não irá divulgar os seus clientes porque "os contratos de advocacia são confidenciais".

No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Jardim foi advogado da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB-MA), cujo pai, o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), é alvo de inquérito derivado da Lava Jato.

Torquato advogou para Roseana durante a campanha presidencial de 2002, quando a então governadora saiu candidata pelo PFL. Ele também defendeu no TSE a ex-ministra Marina Silva (Rede).

A Petrobras é o foco do escândalo desvendado pela Lava Jato. De 2003 a 2016, o escritório de advocacia Siqueira Castro, considerado um dos maiores do país, fechou contratos de cerca de R\$ 35,8 milhões com a Petrobras.

"Torquato Jardim já atuou como sócio do escritório Siqueira Castro Advogados, encerrando a parceria em 2014. O escritório, porém, não fornece dados sobre processos nos quais atua", afirmou a assessoria do escritório.

O sistema processual do TCU indica que Jardim atuou como representante legal da Petrobras em diversos procedimentos, incluindo auditorias. A assessoria do ministro afirmou à Folha que Jardim "registrou seu impedimento para exercer a advocacia na OAB-DF, em junho de 2016, quando aceitou assumir o Ministério da Transparência".

A Petrobras informou que Jardim se afastou das causas envolvendo a estatal no ano de 2014.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

Usiminas extingue gerência de relações com investidores

A Usiminas extinguiu sua gerência de Relações com Investidores. Na sexta-feira, Cristina Morgan, até então gerente-geral de RI da siderúrgica, foi transferida para a diretoria Financeira da Mineração Usiminas (Musa), no lugar de Rodrigo Mendes, demitido na semana passada. Com sua saída, o último remanescente da gerência, área que tem um contato próximo com analistas e investidores, foi absorvido pela área de controladoria, chefiada por Julio Mendez.

Mais um

A vice-presidência de RI segue com Ronald Seckelmann, que também é diretor de Finanças e de Subsidiárias. Outra demissão foi a do gerente-geral de Auditoria, Renato Bretas.

Outro lado

A Usiminas informa que mantém sua área de Relações com Investidores e que Cristina Morgan, "cuja substituição ainda está indefinida", foi promovida a CFO da Musa. "Movimentações pontuais são de caráter restrito à companhia e fazem parte da rotina", **acrescentou.**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Ministro busca dar ares de normalidade ao setor elétrico

Fortalecido pelo amplo apoio de entidades empresariais à sua permanência, o atual comando do Ministério de Minas e Energia promete levar adiante a agenda em que vinha trabalhando até o agravamento da crise política e busca dar ares de normalidade à gestão.

O secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa, e o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., se reúnem hoje com a equipe econômica para avançar na modelagem de privatização de seis distribuidoras de energia administradas pela estatal. A venda das companhias federalizadas deverá ocorrer no último trimestre deste ano. Elas atuam em seis Estados - Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí.

Ainda nesta semana, o ministério pretende conduzir conversas com donos de linhas de transmissão para avaliar possíveis alternativas de pagamento às concessionárias que renovaram seus contratos em 2012. Elas ganharam o direito de indenização pelos ativos construídos antes de maio de 2000 e que ainda não estavam amortizados. A forma de pagamento só foi definida no ano passado - por meio de um adicional tarifário que precisa juntar R\$ 62 bilhões nos próximos oito anos. Grandes consumidores industriais, no entanto, obtiveram liminares na Justiça Federal contra a tarifa extra e o cenário de incertezas para as transmissoras ficou mantido.

Desde o início da semana passada, quando contrariou a decisão do PSB - partido do qual é deputado federal licenciado por Pernambuco - de sair da base do presidente Michel Temer, o ministro Fernando Coelho Filho recebeu importantes manifestações de respaldo da iniciativa privada para continuar no governo.

Diante dos apelos de associações do setor elétrico para manter-se à frente da pasta, Coelho Filho precisa agora lidar com um "doce constrangimento". Ele é grato a Temer por ter sido escolhido para função de destaque aos 32 anos, porque teve aval do Palácio do Planalto para todas as suas indicações de caráter técnico e pelo apoio do presidente às mudanças propostas no marco regulatório dos setores que comanda.

Coelho Filho, entretanto, preocupa-se em não transmitir a imagem de que está apegado ao cargo e usando o apoio das associações para manter-se como ministro - seja no governo Temer ou, pior ainda, na tentativa de viabilizar-se com um eventual presidente eleito de forma indireta.

Na tentativa de dar continuidade à agenda do ministério, independentemente da crise política, Coelho Filho e sua equipe devem trabalhar no encaminhamento de ações sugeridas no programa Gás para Crescer, que busca ampliar o uso do gás natural no Brasil. No setor elétrico, a inadimplência de

geradoras por causa do risco hidrológico (GSF) e uma "minirreforma" por medida provisória continuam no radar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camilla Veras Mota, Ana Conceição e Robson Sales

Título: Bandeira verde em tarifa de energia pode levar IPCA de junho

A mudança da bandeira tarifária da energia elétrica de vermelha para verde em junho pode levar a inflação oficial a registrar a primeira queda mensal em 11 anos. A suspensão da cobrança adicional, anunciada sexta-feira pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), deve baratear as contas de luz em mais de 6%, calculam economistas, e retirar cerca de 0,2 ponto percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no próximo mês.

A dinâmica da inflação no período deve ser ajudada ainda pela redução nos preços dos combustíveis de 5,4% para a gasolina e de 3,6% para o diesel - definida um dia antes pela Petrobras e pela dissipação do reajuste anual de medicamentos, que começou a valer em abril.

O Banco Fibra e o Bradesco, por exemplo, já preveem deflação. A MCM Consultores e o Itaú Unibanco projetam estabilidade para o indicador. Já a Tendências Consultoria estima variação de 0,2% para o IPCA de junho.

A última deflação do índice - em qualquer mês - foi em junho de 2006, queda de 0,21%, segundo a série do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O item energia deve ceder 6,1%, calcula o economista-chefe do Fibra, Cristiano Oliveira, e aliviar em 0,21 ponto percentual a inflação do período. Depois da mudança, ele alterou sua projeção para o próximo mês de alta de 0,17% para deflação de 0,04%.

A estimativa do Fibra para o ano, contudo, permaneceu em 3,9%. "Acredito que no segundo semestre será adotada a bandeira amarela, que deverá ser mantida até o final do ano", argumenta Oliveira.

A expectativa do Bradesco, por sua vez, passou de 0,22% para deflação de 0,05%. A alteração da bandeira será responsável por um impacto negativo de 0,22 ponto percentual. A queda do preço da gasolina contribuirá com outro 0,05 ponto negativo, diz a equipe da instituição em relatório.

A redução de 6,3% nas contas de luz estimada pela economista da MCM Basiliki Litvac também retiraria 0,22 ponto do IPCA. Com a ajuda de combustíveis e

medicamentos, ela pondera, o indicador deve ficar estável no período, mas há chance de que ele passe para campo negativo, "a depender da desaceleração dos preços dos alimentos". O Itaú Unibanco revisou a projeção para junho de 0,25% também para estabilidade.

Para a Tendências, a mudança deve retirar entre 0,2 e 0,3 ponto percentual do índice. Assim, a previsão para junho passou de 0,45% para algo próximo de 0,2%, diz Marcio Milan, economista da instituição. Em junho do ano passado o IPCA subiu 0,35%.

É a primeira vez que a bandeira tarifária fica na cor verde desde fevereiro. Em março, ela foi amarela e em abril e maio, vermelha. "Energia é um dos itens que mais tem peso, qualquer impacto é relevante", destacou o analista. O item energia elétrica residencial representa quase 3,5% do IPCA, segundo o IBGE.

A chegada da bandeira verde "não estava no radar" da consultoria porque "no mês passado havia probabilidade de ela ficar vermelha ao longo do ano por causa do regime de chuva", disse Milan. Segundo a Aneel, os fatores que contribuíram para o retorno da bandeira verde foram a maior quantidade de água que chegou aos reservatórios das hidrelétricas em maio e a perspectiva de redução do consumo de energia elétrica.

A bandeira fica verde quando praticamente não há necessidade de geração de energia por termelétricas, que são mais caras. Se essa necessidade sobe, a bandeira fica amarela, e são cobrados R\$ 2 a mais na conta de luz a cada 100 kWh consumidos.

Quando o custo para gerar energia sobe muito, a bandeira fica na cor vermelha. Nesse caso, a cobrança extra nas contas de luz varia de R\$ 3 a R\$ 3,50 para cada 100 kWh usados.

O alívio no custo da energia elétrica, segundo Marcio Milan, "reforça que o Banco Central tem espaço para continuar com o afrouxamento monetário". O problema é o cenário político, pondera. "A grande incerteza mina um pouco a chance de o BC aumentar o ritmo de corte nos juros", afirma o economista da Tendências.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Manuel Fernandes

Título: Novos tempos na indústria de óleo e gás

Após um longo período de retração nos negócios, por conta da queda vertiginosa na demanda conjugada com aumento de oferta, a indústria de óleo e gás começa a apresentar sinais de otimismo. Um estudo com 723 profissionais, dentre eles 50 brasileiros, efetuado pela consultoria norueguesa DNV GL apontou que executivos da área ainda esperam um ano difícil, mas já estão mais otimistas com as oportunidades de negócios. O levantamento mostra que a confiança nas perspectivas para o segmento mais que triplicou no país, de 16% em 2016 para 50% em 2017, sendo a média global, para efeitos de comparação, de 32%. Do ponto de vista da lucratividade, o estudo mostra que os profissionais no Brasil estão mais pessimistas, quando apenas 26% deles esperam alcançar suas metas de lucro, contra 34% das expectativas globais.

A reação dos investidores no Brasil é reflexo das medidas que vêm sendo implantadas pelo governo brasileiro para atrair investimentos para o setor, que é um dos mais importantes no país. O mercado recebeu com bastante entusiasmo as notícias sobre o fim da regra do operador único no pré-sal, apesar de alguma desconfiança com o direito de preferência assegurado à Petrobras. Também repercutiu muito bem o anúncio das mudanças nas exigências de conteúdo local, que reduziu à metade a necessidade de percentual para contratação de equipamentos que deixará de ser detalhada por itens e passará a ser global.

Já para exploração em terra, o índice de conteúdo local será de 50%. Na regra anterior, os percentuais eram definidos em cada edital. A expectativa é que a nova política seja colocada em prática a partir da 14ª rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo e gás natural, prevista para acontecer no segundo semestre deste ano, juntamente com as 2ª e 3ª rodadas de Partilha de Produção e com a 4ª rodada de Acumulações Marginais.

Ainda no tema da flexibilização do conteúdo local, um estudo da consultoria internacional IHS apontou que, com a mudança na política atual, o país poderá produzir, em 2025, um milhão de barris a mais por dia. Isso seria um nível 30% superior ao cenário previsto caso não haja alterações nesses parâmetros. Consequentemente, o número de vagas diretas e indiretas criada no setor aumentaria em 70 mil postos até 2020 e a arrecadação total de participações, em mais de US\$ 300 bilhões nos próximos cinco anos. Segundo ainda a IHS, as regras atuais de conteúdo local implicam um sobrecusto dos projetos de petróleo no país, estimados entre 15% e 22,5%, por conta dos preços maiores cobrados aqui.

Além disso, atendendo a um antigo anseio dos investidores e da indústria, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou que fará a 4ª e 5ª rodadas de Partilha de Produção, no primeiro semestre de 2018 e no segundo semestre de 2019, respectivamente, conjuntamente com a 15ª e 16ª rodadas de Licitações

de blocos exploratórios e com a 5ª e 6ª rodadas de Acumulações Marginais, definindo um calendário que permitirá aos investidores, operadoras e cadeia de fornecedores para o setor de óleo e gás se planejar antecipadamente.

Apesar de todas as adversidades, o mercado de óleo e gás brasileiro continua atraente para os investidores

Depois de a ANP ficar um longo período sem a realização de leilões, a expectativa do mercado é que todas as licitações previstas aconteçam efetivamente ao longo dos próximos três anos. Numa perspectiva otimista levando em conta o potencial das áreas leiloadas, de acordo com a agência, esse movimento deverá injetar na indústria um investimento direto de cerca de US\$ 83 bilhões, fazendo com que a cadeia do setor se movimente.

Paralelamente, o valor arrecadado com os royalties do petróleo - compensação financeira paga pelas empresas que fazem a exploração por eventuais danos ambientais que podem ser causados durante o processo de extração - também deverá ajudar na retomada da economia do país e, principalmente, do Estado do Rio, um dos principais produtores de petróleo do país e que vem passando por uma grave crise financeira.

Somam-se a essas medidas, de forma positiva, a possibilidade de manutenção das políticas do Repetro, tratamento especial de importações e exportações para fins de incidência do ICMS, e o plano de parcerias e desinvestimento da Petrobras estabelecido no Plano Estratégico que deve alcançar algo em torno de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017/2018.

Já no setor de estaleiros, o caminho passa por buscar oportunidades em reparos e manutenção. Dos investimentos anunciados pela Petrobras, principal player do mercado, a previsão é que, até 2021, entrem em operação 19 novas embarcações do tipo FPSO (sigla em inglês para Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), sendo que 12 já foram contratadas. Nossa análise é que para atingir o volume de produção prevista, próximo a 3 Mboe (milhões de barris de óleo equivalente)/dia, seriam necessários 16 FPSO, o que provocaria novas demandas de construção apenas por volta de 2024.

Diante do momento conturbado que o setor está vivendo, as empresas vêm buscando alternativas para encarar os desafios atuais. Surge daí um movimento que passa por uma reestruturação operacional (custos e despesas) e rolagem de dívidas e descomissionamento de áreas e ativos, com as empresas concentrando esforços e investimentos nos projetos mais rentáveis. Na busca pela eficiência, escala e rentabilidade, destacam-se a consolidação e a busca de um modelo de operações em conjunto. Como exemplos, podemos citar a Shell

que adquiriu a BG, a recente joint venture entre Schlumberger e Weatherford, a fusão da FMC Technologies com Technip e a compra da Baker Hughes pela GE.

Vale ressaltar que, apesar das adversidades que a indústria está enfrentando, o mercado de óleo e gás brasileiro continua atraente para os investidores, tanto nacionais como estrangeiros, que mantêm alto interesse no Brasil por conta do preço e da atratividade dos ativos. Todos de olho no potencial das reservas naturais brasileiras, na retomada das atividades petrolíferas no estado e no crescimento da indústria e do setor nos próximos anos.

Manuel Fernandes é sócio líder do centro de excelência em Óleo e Gás da KPMG no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Richard Hochstetler

Título: A tributação das subvenções

Ao longo dos últimos anos, diversas leis foram promulgadas concedendo ou ampliando descontos nas tarifas de energia elétrica para determinadas classes de consumo, dentre as quais destaca-se a subvenção para a cobertura dos descontos conferidos aos consumidores classificados como de "Baixa Renda". Essas leis procuram beneficiar segmentos da população, mas muitas vezes também provocam efeitos colaterais indesejáveis.

Como dizem os economistas: não há almoço grátis. Quando a legislação impõe um desconto para uma determinada parcela dos consumidores, a receita da concessionária é reduzida, mas os custos permanecem os mesmos, resultando em perda do equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras que precisa ser restaurado por subvenções que são financiadas de diversas formas.

Ocorre que o ICMS cobrado da tarifa de energia elétrica é uma das principais fontes de arrecadação dos Estados, o que faz com que toda e qualquer mudança nas tarifas de energia elétrica seja logo percebida pelos fiscos estaduais. Buscando blindar-se contra o efeito dos descontos tarifários na arrecadação, os Estados têm lançado mão de diversas estratégias para incluir as subvenções na base de cálculo do ICMS.

Efeito da tributação de subvenções pelos Estados será o aumento das tarifas de energia elétrica

Por mais que se simpatize com o desafio de angariar recursos para financiar as atividades dos Estados, a tributação das subvenções não deve ser sancionada por vários motivos.

Em primeiro lugar, por questão de princípio. As subvenções são de natureza indenizatória para manter o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, enquanto que a base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária (como é o caso na energia elétrica) é a tarifa cobrada dos consumidores finais fixada pelo órgão público competente, conforme estabelece claramente o § 2 da Lei Complementar 87. Portanto, não é cabível a incidência de ICMS sobre as subvenções.

Em segundo lugar, porque os descontos tarifários não necessariamente levam a uma queda da arrecadação dos Estados. Na maioria dos casos, as subvenções são financiadas por encargos setoriais embutidos na conta de energia elétrica. Isso significa que o custo dos descontos é arcado pelos demais consumidores de energia elétrica. Como esses encargos já são incluídos na base de cálculo do ICMS, não há queda na arrecadação. Ao contrário, neste caso a tributação da subvenção redundaria em bitributação.

Mesmo quando os descontos tarifários não são financiados por encargos, não é possível estabelecer de forma direta o impacto dos descontos sobre a arrecadação estadual, pois a redução das tarifas eleva a renda disponível dos consumidores beneficiados que, na sua maior parte, acaba sendo utilizada para a aquisição de outros bens e serviços que também são tributados pelo ICMS. Portanto, mesmo que o Estado venha a perder arrecadação advinda do setor elétrico, haveria um ganho de arrecadação advindo dos demais setores. Se isso não ocorre na mesma proporção, parte da explicação deriva do fato de os Estados optarem por tributar a energia elétrica mais pesadamente do que a média dos outros bens e serviços.

Não obstante as razões acima listadas, diversos Estados - movidos puramente por sanha arrecadatória - têm adotado iniciativas para tributar tais subvenções.

Uma das mais capciosas tentativas de legitimar a cobrança do imposto sobre a subvenção paga às distribuidoras é o Convênio Confaz 60/2007.

O Convênio "autoriza os Estados da Bahia e de Rondônia a conceder isenção do ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica estabelecida pela Lei 10.604/02". Essa Lei prevê a destinação de dividendos da Eletrobras devidos à União e de recursos do Fundo RGR para "subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda". Logo, o Convênio parece ser benéfico (ou ao menos neutro) aos

consumidores ao prever a possibilidade de isenção da cobrança do ICMS sobre as subvenções.

No entanto, especialistas apontam que o caráter meramente "autorizativo" do Convênio implicitamente confere legitimidade para a cobrança de ICMS sobre a subvenção econômica (daí a capciosidade do Convênio), pois a não tributação da subvenção estaria caracterizada como mero ato de liberalidade a ser decidido por cada Estado.

A disputa jurídica sobre a questão já perdura vários anos e agora está no Supremo Tribunal Federal. O ministro Luiz Fux, em breve, julgará a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3973 que avalia se o Convênio viola três princípios constitucionais da tributação: capacidade contributiva, isonomia e confisco.

Se for julgada constitucional, a pretensão dos Estados será validada, e haverá uma elevação da carga tributária que hoje já supera 51%, conforme aponta estudo da PwC (disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos). A fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras (que são responsáveis pelo recolhimento do imposto), será necessário aumentar as tarifas de energia ou os encargos setoriais embutidos na tarifa de energia elétrica para financiar as subvenções. Em ambos os casos, o resultado será o encarecimento da energia elétrica.

Tanto a Advocacia-Geral da União como a Procuradoria Geral da República já se manifestaram contrários à tributação das subvenções. Embora não considerem que o Convênio Confaz 60/2007 tenha vício constitucional, os dois são taxativos em afirmar que qualquer legislação estadual que leve à tributação da parcela subsidiada da tarifa com transferência dos encargos tributários ao consumidor seria inconstitucional.

Ao se examinar esta questão é importante ter em mente que o efeito prático da tributação das subvenções invariavelmente será a elevação da tributação e, por consequência, das tarifas de energia elétrica, o que não deixa de ser irônico porque esse é justamente o objetivo oposto do desejado pelos legisladores ao estabelecer os descontos tarifários: promover a modicidade tarifária para os menos favorecidos economicamente.

Claudio J. D. Sales e Richard Hochstetler são do Instituto Acende Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: CCEE reduz projeção de custo do déficit hídrico

A melhora das condições hídricas da última semana fez com que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) reduzisse a projeção do preço de liquidação das diferenças (PLD, referência das operações do mercado de curto prazo de energia) médio deste ano de R\$ 353 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 263/MWh no submercado Sudeste/Centro-Oeste, o maior do país.

Com isso, o potencial efeito bilionário do déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) deve ficar consideravelmente menor neste ano.

Em todo o Brasil, o PLD médio deve ficar entre R\$ 200/MWh e R\$ 300/MWh até dezembro deste ano. A CCEE espera uma elevação dos preços para acima dessa faixa apenas em janeiro de 2018, mas com queda já a partir de fevereiro, chegando em torno de R\$ 150/MWh em junho.

"As afluições observadas na última quinzena de maio e para o começo de junho tiveram uma melhora considerável, o que influenciou também numa queda substancial do PLD na primeira semana de junho e nas projeções para todo o ano de 2017", disse Rodrigo Sacchi, gerente de preços da CCEE, durante a apresentação do InfoPLD feita ontem.

Já a projeção do déficit hídrico passou de 19,2% para 14,8%. Com as novas premissas, o efeito estimado do GSF para o sistema no ano caiu de R\$ 39,7 bilhões para R\$ 20,9 bilhões.

Isso significa que uma hidrelétrica que tenha 100 MW médios de garantia física vai ter gerado, em média, 85,2 MW médios durante maio. Se a usina contratou 95 MW médios, vai precisar comprar os 10,2 MW médios restantes no mercado de curto prazo, pagando o PLD. No cenário de GSF anterior, a mesma hidrelétrica teria que comprar 14,2 MW médios. A redução do PLD também ajudou a diminuir o valor da exposição potencial do setor elétrico, pois a maior parte dos geradores acaba liquidando a exposição ao risco hidrológico no mercado de curto prazo.

Não necessariamente a exposição ao GSF vai representar custos de R\$ 20,9 bilhões neste ano. "O impacto financeiro individual de cada agente depende do nível de contratação de cada um", explicou Sacchi. Considerando 100% de alocação - cenário extremamente improvável -, seriam R\$ 14,2 bilhões nos contratos do mercado regulado e R\$ 6,7 bilhões no mercado livre. A maior parte dos agentes tem trabalhado para reduzir a exposição e mitigar esses custos.

Apesar da melhora, o impacto financeiro no mercado livre ainda é significativo. Isso porque os agentes do mercado livre continuam protegidos por liminares que limitam à sua exposição ao GSF. Até a liquidação do mercado de curto prazo

de março, realizada no início de maio, havia um montante de R\$ 1,6 bilhão em aberto referente às decisões judiciais.

Sem uma solução para acabar com a judicialização no mercado livre, o montante protegido por liminares poderia chegar a R\$ 8,3 bilhões, volume ainda consideravelmente elevado, que pode fazer com que o mercado trave, inviabilizando as liquidações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Manguinhos desafia Estados enquanto ataca concorrentes

Enquanto a Refinaria de Petróleos de Manguinhos luta para ter sua recuperação judicial homologada, a empresa patrocina uma campanha publicitária contra as maiores distribuidoras de combustíveis do país por suposta adulteração de produtos e formação de cartel. Seu balanço mostra, contudo, um grupo enfrentando sérios problemas financeiros e uma dívida tributária bilionária. Manguinhos encerrou 2016 com prejuízo de R\$ 565 milhões e com caixa negativo de R\$ 3 mil, ou seja, devendo esse valor. A dívida com os Estados do Rio, São Paulo e Paraná soma R\$ 5 bilhões, como mostram os processos contra a empresa.

Com esses números, é difícil compreender a origem dos recursos para a campanha publicada em veículos de grande circulação. Um dos anúncios destaca, abaixo do logo de Manguinhos, a frase: "Temos o direito de questionar tributos e o dever de respeitar o consumidor". As letras são pequenas, e um olhar desatento enxerga com mais destaque a foto do lutador brasileiro José Aldo Junior, que a empresa patrocina, assim como ao UFC 212, evento de artes marciais mistas.

Para o procurador-geral do Estado do Rio, Leonardo Espíndola, o histórico de inadimplência do grupo Manguinhos com o Fisco estadual mostra que descumprir a legislação tributária "é parte da sua estratégia de negócios". Com dívidas de R\$ 2,5 bilhões, a refinaria é a quarta maior devedora de ICMS no Rio.

Em um recurso para o Superior Tribunal de Justiça, o procurador Alexandre Aboud, da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, afirma que o "modus operandi" utilizado por Manguinhos no mercado paulista garante sua participação "com base em sonegação fiscal reiterada e sistemática". Aboud é enfático ao afirmar que a recuperação judicial de Manguinhos concedeu um salvo conduto para a refinaria continuar sonegando mensalmente, "de maneira serial", e defende a conversão da recuperação judicial em falência. Segundo ele,

o balanço negativo e prejuízos "evidenciam que a empresa não consegue manter-se no mercado".

Os credores aprovaram em 16 de dezembro o plano de recuperação judicial que inclui as controladas Manguinhos Distribuidora, Manguinhos Química e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo. O plano ainda não foi homologado. Para isso, Manguinhos terá que apresentar certidão negativa de débitos. A refinaria era controlada pela família Peixoto de Castro e pela espanhola Repsol YPF até 2008, quando foi vendida por R\$ 7 milhões para a família Magro. O comprador foi a Grandiflorum Participações S.A., controlada pela Ampar Fomento Mercantil. Por um ano, de dezembro de 2008 a dezembro de 2009, a Grandiflorum registrava no quadro de administradores Marcelo Sereno, ex-secretário de comunicações do PT e próximo do ex-ministro José Dirceu.

Hoje Manguinhos pertence à Xoroque Participações, antiga Manguinhos Participações. Nos três primeiros meses de 2017 produziu 108 milhões de litros de gasolina A, equivalentes a 1,6% da produção brasileira. Os atuais acionistas são João Manuel Magro e Antônio Eduardo Filippone de Seixas, segundo o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Descumprir legislação tributária "é parte da estratégia de negócios" de Manguinhos, afirma a PGE do Rio

O mercado considera o advogado Ricardo Andrade Magro como o cérebro por trás do negócio e muito próximo do ex-deputado Eduardo Cunha. Respondendo a ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em junho de 2016, Manguinhos informa a Xoroque tem como único acionista a Magropar Empreendimentos e Participações, que é registrada em nome de João Manuel Magro e Romerio Aparecido Colombo.

Até março de 2013, Ricardo Magro constava como administrador da Magropar, segundo a Junta Comercial do Rio de Janeiro. A comunicação para a CVM foi feita depois que Magro teve sua prisão pedida pelo Ministério Público Federal na Operação Recomeço. A CVM queria saber se ele era acionista sem que isso fosse informado.

A Recomeço investiga o desvio de R\$ 100 milhões em debêntures emitidas pelo grupo Galileo, do qual Ricardo Magro era sócio. As debêntures foram adquiridas pelos fundos Petros e Postalis. O objetivo era recuperar a Universidade Gama Filho, mas o MPF acusa um grupo de gestores de desviar recursos. No esclarecimento à CVM Manguinhos afirma que Magro "não detém qualquer participação acionária, direito de voto ou ocupa qualquer cargo na estrutura de controle da companhia".

O Valor tentou contato com representantes de Manguinhos ou seus advogados, mas a assessoria informou que não teria porta-voz para entrevistas. Também não houve resposta aos pedidos de entrevista com Ricardo Magro.

Em seu balanço Manguinhos não reconhece os enormes débitos com os Estados. Divulga ter pouco mais de R\$ 2,5 bilhões em "obrigações tributárias" de curto e longo prazo e informa ter contingências, não reconhecidas como passivo ou provisão, de mais R\$ 191 milhões em que classifica o risco de perda como possível, e de mais R\$ 1,1 bilhão na categoria com chance de derrota tida como remota.

Em abril, Manguinhos conseguiu decisão favorável da juíza responsável pela recuperação judicial, Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio. Ela obrigava o governo do Rio a aceitar o parcelamento dos débitos com base em percentual do seu faturamento. A proposta era usar 2% da receita para quitar os impostos. Manguinhos apresentou parecer de Joaquim Barbosa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no qual ele defende que a função social da empresa não reside unicamente em pagar tributos. O Rio entrou com recurso direto ao presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) pedindo a suspensão da liminar. No documento, assinado por Leonardo Espíndola e mais três procuradores, a PGE afirma que Manguinhos propôs pagar R\$ 17 milhões anuais. E que mesmo desconsiderando os juros de 3% ao ano, seriam necessários 147 anos para quitar o débito.

MP palista diz que "sonegação fiscal reiterada e sistemática" garante fatia de mercado em SP

"O que demonstramos é que esse débito jamais será pago na forma proposta, já que ele continuará aumentando em média R\$ 58 milhões por ano. Ou seja, sequer o juros do estoque da dívida que Manguinhos tem será pago", afirma Espíndola ao Valor. O pedido de cassação da liminar foi atendido pelo desembargador Milton Fernandes de Souza, presidente do TJRJ, que na decisão disse que o parcelamento proposto significa, efetivamente, autorização para o não cumprimento da obrigação tributária. No dia seguinte, o procurador Leonardo Araújo Marques, do Ministério Público do Rio entrou com recurso no TJRJ pedindo a suspensão da liminar.

O MP admite a "falta de sincronismo entre a legislação tributária e recuperacional", afirma que a juíza extrapolou suas funções ao obrigar o Estado a parcelar os débitos de Manguinhos e que a decisão da juíza "avança sobre as causas de natureza fiscal". Quando pediu a análise urgente ao TJRJ, a procuradoria do Rio afirmava que se a liminar não fosse suspensa, a Procuradoria da Dívida Ativa do Rio seria obrigada a atestar a regularidade fiscal

das empresas do grupo, que tinham pedido certidão negativa de débitos. Esse é um passo necessário para a homologação da recuperação judicial.

Alexandre Aboud, do Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal da PGE-SP, tenta desde o ano passado cassar o registro de substituto tributário da refinaria. Esse regime permite que a empresa recolha o ICMS dos clientes e repasse para o Estado. Mas o procurador paulista acusa Manguinhos de "inadimplência contumaz", prática de concorrência desleal e afirma ainda que a empresa recebe de terceiros e se apropria dos recursos. "Ao se apropriar desse dinheiro ela comete o crime de apropriação indébita tributária", diz Aboud.

São Paulo está de mãos atadas. A juíza Maria da Penha Nobre Mauro concedeu em março liminar que impede o Estado de cassar o registro enquanto perdurar o processo. No recurso ao TJRJ, a procuradoria paulista afirma que a decisão foi proferida com base em premissa falsa. O argumento é que cassar a licença de Manguinhos no Estado "evitaria o aumento desenfreado do passivo tributário estadual mensal", estimado em R\$ 45 milhões. A juíza afirmou que a medida afeta diretamente o desenvolvimento regular das atividades da empresa na recuperação judicial.

No recurso apresentado ao TJRJ e que será julgado amanhã, o procurador de São Paulo afirma que o "modus operandi" utilizado por Manguinhos no mercado paulista garante sua participação "com base em sonegação fiscal reiterada e sistemática". Para ele, a decisão da juíza "ata as mãos do ente tributante" e que a partir dela Manguinhos "está legitimada para seguir ignorando a legislação tributária e penal, atuando completamente à margem da lei, apenas e tão somente para pagar aos seus credores da recuperação judicial".

Reforçando o objetivo de estancar as perdas, Aboud cita o exemplo da distribuidora Fera, registrada em nome de João Manual Magro e Manuel Joaquim Andrade. Desde 2016 a Fera é a única distribuidora que compra gasolina de Manguinhos em São Paulo. Com isso, diz o governo, consegue combustível com preço menor, que é repassado à revenda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Campanha acusa de fraude grandes distribuidoras de combustível

Na campanha publicitária veiculada em revistas de grande circulação, Manguinhos se vale de uma apreensão de álcool adulterado para atacar as maiores distribuidoras do país, a BR, Raízen (da Shell e Cosan) e Ipiranga. O

pano de fundo é uma fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que encontrou álcool contaminado com metanol em cinco postos com bandeiras das distribuidoras. Na sequência, a agência detectou a presença do produto adulterado em tanque de armazenamento compartilhado pelas companhias, o que elevou para 16 milhões de litros o volume do produto adulterado no Rio de Janeiro.

O metanol é importado para ser usado na produção de biocombustíveis e pela indústria de celulose, entre outros, mas a mistura ao álcool é proibida. "Do ponto de vista de qualidade, o metanol não é um combustível que causaria danos ao motor do carro. Ele é muito parecido com o etanol [álcool] e tem até performance melhor. Entretanto, como é tóxico, o produto é proibido como combustível", diz Aurélio Amaral, diretor da ANP.

A regulamentação brasileira só permite a existência de 0,5% de metanol misturado ao álcool combustível. Após a ocorrência no Rio, outros 3 milhões de litros de álcool com metanol foram encontrados no Espírito Santo. Com a descoberta no dia 10 de novembro, a ANP autuou os postos e as distribuidoras, interditou a usina apontada como fornecedora do combustível e abriu processo administrativo. A investigação sobre o Espírito Santo ainda é reservada.

O resultado da análise da agência foi enviado para o Ministério Público do Estado do Rio, que abriu uma ação civil pública contra as distribuidoras. Na ação, o promotor Alberto Flores Camargo pede a suspensão da inscrição estadual das empresas e dos benefícios fiscais e financeiros concedidos pelo governo estadual e atribuiu o valor das causas em R\$ 24,5 milhões (Raízen), R\$ 13,8 milhões (BR) e R\$ 6,68 milhões (Ipiranga).

As distribuidoras afirmam que o álcool com metanol foi adquirido da usina Canabrava, em Campos dos Goytacazes, interior do Rio. A ANP vistoriou a Canabrava no dia 15 de novembro, cinco dias depois de ter identificado as três distribuidoras como a origem do combustível encontrado nos postos e os produtores que venderam o etanol. A usina foi interditada e só autorizada a funcionar um mês depois, dia 15 de dezembro.

A ANP informa que as investigações continuam e que o trabalho de identificar a origem do álcool contaminado seria facilitado se as distribuidoras tivessem feito testes no produto antes de enviar para os postos. "As distribuidoras não deveriam ter comprado essa quantidade de combustível sem testar", diz Francisco Castro Neves, superintendente de Fiscalização da área de Abastecimento da ANP.

Canabrava não foi a única fornecedora de álcool. Segundo a ANP, as três distribuidoras compraram de 15 usinas entre 1º de outubro e 10 de novembro.

Fundador e sócio da Canabrava com 40% da usina, Ludovico Giannattasio nega que o álcool com metanol adquirido pela BR, Shell e Ipiranga tenha vindo de lá. "Isso foi um grande equívoco, porque se falou [da Canabrava] como se fosse responsável. Mas existem outras três usinas em Campos e outra em Cabo Frio", disse em entrevista ao Valor.

A ANP informou que a análise das amostras de água "detectou traços de etanol e também de metanol em concentrações baixas, que não foram suficientes para caracterizar infração". Segundo o superintendente de Fiscalização, ainda não é possível afirmar que o produto veio da Canabrava. Isso porque os tanques estavam vazios quando a fiscalização esteve lá.

O Sindicom entrou com ação contra Manguinhos e pede indenização "em razão de ataques difamatórios"

Contudo, Neves explicou que a Canabrava é a única que vendeu para as três empresas volumes grandes do combustível, segundo os controles do Sistema de Movimentação de Produtos (SIMP). A usina tem tratamento fiscal diferenciado e só paga 2% de ICMS sobre suas vendas.

O grupo Canabrava recebeu quase R\$ 700 milhões dos fundos de pensão, segundo relatório final da CPI dos Fundos de Pensão. Petros e Postalis investiram R\$ 478 milhões através do Fundo de Investimentos em Participação (FIP) Bioenergia, segundo as duas fundações. Esse FIP também tem como investidores a Serpro (do Serviço Federal de Processamento de Dados) e o Faceb (Companhia Energética de Brasília).

A Canabrava tem dívidas, inclusive trabalhistas, e o último balanço é de meados de 2015. Em abril os fundos contrataram o banco Brasil Plural para gerir a empresa. No momento, segundo uma fonte, já existem seis "due diligences" em andamento que estão analisando questões fiscais, tributárias, ambientais e jurídicas, entre outras, enquanto tentam tornar a usina apta para produzir aproveitando a safra de cana que começou agora. Essas diligências também poderão confirmar, ou não, informações de que a ela teria sido arrendada.

Em nota, a Petros, que investiu R\$ 134,2 milhões no FIP Bioenergia, disse que "se forem detectadas irregularidades, serão tomadas as medidas cabíveis para buscar a responsabilização e proteger o patrimônio dos participantes". O Postalis informou que investiu R\$ 343,8 milhões na Canabrava. No primeiro aporte, de R\$ 190 milhões em 2011, comprou 28,3% das cotas do FIP. Depois comprou R\$ 153,8 milhões em debêntures do grupo Canabrava por meio fundo administrado pelo BNY Mellon.

A BR e a Shell conseguiram decisão judicial que proíbe a menção de seus nomes nos anúncios de Manguinhos. Posteriormente a liminar obtida pela Shell foi derrubada por Manguinhos em instância superior. Em nota, o Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) disse que entrou com ação contra Manguinhos e pede indenização "em razão de ataques difamatórios" da empresa na mídia, que segundo o sindicato foi intensificada depois do lançamento da campanha "Movimento Combustível Legal".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Nathalie Thomas | Financial Times

Título: Elétricas querem ser protagonistas nas casas digitais

Entra em cena a casa do futuro. Além dos painéis de energia solar no telhado e uma bomba que fornece água aquecida, um carro elétrico está na rua, plugado em um ponto de recarga. Quando a bateria estiver recarregada, um aplicativo vai sugerir a você que libere parte da eletricidade para uso na residência quando você precisar mais disso.

O aplicativo também detecta que o ambiente está muito quente e pergunta se você quer que o calor seja reduzido; aponta também que o aquecedor do chuveiro não está trabalhando de maneira eficiente e se oferece para encontrar um técnico.

Essa é a visão da Engie, a empresa francesa de serviços públicos que acredita que as empresas de energia deixarão de ser fornecedoras passivas de eletricidade e gás, para gerenciar de maneira ativa os lares dos seus clientes.

Numa época em que os formuladores de políticas do Reino Unido tentam combater o que descrevem como contas de energia "caras demais" e os donos de residências estão interessados em gerar sua própria eletricidade via painéis de energia solar, grupos de serviços públicos estão tendo que se diversificar para proteger seus lucros.

Wilfrid Petrie, chefe das operações da Engie no Reino Unido, compara a transformação à do setor de telecomunicações. "O valor não está tanto na linha fixa em si, e sim como você a usa da melhor maneira possível", disse ele recentemente no lançamento de um serviço residencial de energia no Reino Unido.

Em outras palavras, as empresas de energia começam a seguir o mesmo caminho dos grupos de telecomunicações, agrupando séries de serviços que vão de TV a banda larga e uma linha fixa de telefone. O fornecimento de energia

essencial deverá se tornar uma atividade de baixas margens de lucro, com o valor agregado de serviços de apoio.

A Centrica, controladora da British Gas listada na Bolsa de Valores de Londres, há muito possui serviços consideráveis que oferecem produtos como reparos de "boilers". Nos últimos anos, a empresa vem desenvolvendo outros serviços em torno da ideia da "casa conectada", em que dispositivos digitais como termostatos inteligentes ajudam os moradores a gerenciar melhor o uso de energia.

Ela desenvolveu o termostato inteligente "Hive", que permite aos usuários controlar o aquecimento e a água quente por meio de seus telefones celulares. Por uma taxa mensal extra, os assinantes podem ter uma série de produtos que incluem plugues inteligentes que podem ser ligados ou desligados à distância, via celular, e sensores de movimento que os alerta se uma janela ou porta está aberta.

"As margens de todos esses serviços são muito maiores [que as do fornecimento de energia], afirma Iain Conn, executivo-chefe da Centrica. "O fornecimento de energia não é um negócio de altas margens. No ano passado, tivemos uma margem de 52 libras sobre as contas de energia, que no nosso caso chegam em média a 1.044 libras. "Os serviços em pacotes serão parte do futuro? Sem dúvida."

Novas companhias de energia estão entrando no mercado. A Ovo Energy comprou este ano a Corgi HomePlan, uma companhia que oferece serviços como manutenção de "boilers". Outras, como a First Utility, entraram na área de banda larga. Os grandes grupos de tecnologia também estão se movimentando. Um concorrente do termostato "Hive" da British Gas é o "Neste" do Google.

Alguns analistas ainda precisam ser convencidos de que esses serviços de apoio serão suficientemente lucrativos para compensar a perda de margem no fornecimento de energia, especialmente se restrições aos preços forem introduzidas. O governo conservador britânico e o Partido Trabalhista, de oposição, já prometeram um teto à tarifa de energia mais básica.

"No momento, a monetização disso ainda não está comprovada", afirma Martin Brough, analista de serviços públicos do Deutsche Bank. "A British Gas está na dianteira... com os termostatos Hive e aplicativos, e vem obtendo um retorno muito bom dos clientes. Eles estão gostando. O que não está certo ainda é se eles estão dispostos a pagar por assinaturas mensais."

A Centrica já vendeu 90 mil produtos de lar conectado, segundo sua mais recente atualização de negócios, mas essa divisão lançou contra o balanço uma perda operacional de 50 milhões de libras no ano passado. A empresa ainda está no "modo startup", afirma Deepa Venkateswaran, analista da Bernstein. "Esse negócio deverá se beneficiar no futuro, sim, mas será um negócio de 300 milhões, 500 milhões de libras? Duvido."

Conn admite que essas partes novas das empresas ainda são relativamente pequenas, mas diz que elas vão "crescer rapidamente".

Julian Critchlow, um sócio da Bain & Company, observa que no futuro imediato, pelo menos, a maioria das empresas de serviços públicos precisará ganhar dinheiro com o fornecimento básico de energia - e continuará fazendo isso. Enquanto mais residências continuarem "saindo da grade" com seus próprios painéis de energia solar e baterias que podem armazenar excesso de eletricidade, o fornecimento de energia continuará sendo a principal atividade dessas empresas. Ele acredita que as empresas provavelmente terão de cortar radicalmente seus custos para proteger as margens de lucro sob qualquer teto aos preços.

As empresas de serviços públicos vêm alertando que um teto poderá afetar os investimentos em áreas como a de tecnologia. "Enquanto não tivermos baterias... continuarei conectado à rede e continuarei tendo um consumo relativamente significativo - principalmente se eu tiver um carro elétrico -, e alguém terá de fornecer isso", afirma Critchlow.

As empresas de serviços públicos já partiram para a diversificação antes - para áreas como a de serviços financeiros -, mas acabaram recuando, lembra Critchlow. "Essas ondas de pensamento surgem no setor a cada década", afirma ele. "O negócio de fornecimento de energia está morto? Acho que não, mas ele terá que evoluir."

MME / ASCOM .